



A equidade de gênero na agenda política do banco mundial

MARIANA DIONÍSIO CAVALCANTE DA SILVA*

O Banco Mundial¹ foi criado a partir dos acordos de Bretton Woods, no ano de 1944, e fez parte da configuração de uma nova ordem econômica mundial. Com 12 mil funcionários e mais de 190 Estados-membros, atualmente é a maior instituição financeira internacional de ajuda ao desenvolvimento (Pereira, 2010). Ao longo de seus 73 anos, o Banco conseguiu tornar-se um influente ator político, intelectual e financeiro, com êxito em ampliar sua autoridade, a partir de uma série de prescrições aos países membros, abarcando áreas de conhecimento diversas e pesquisas sobre desenvolvimento (PEREIRA, 2010: 2). O seu ininterrupto crescimento desde a Segunda Guerra Mundial é um tema importante e de grande interesse dentro do meio acadêmico, porque embora o seu estatuto tão somente o defina como uma entidade econômica, tem exercido crescente poder político no mundo, e isto não se explica apenas pelo seu papel financeiro, mas também pela difusão de sua visão de desenvolvimento e o conteúdo ideológico de suas prescrições, como mostra ampla literatura (GEORGE; SABELLI, 1996; SANAHUJA, 2001; TOUSSAINT, 2006; PEREIRA, 2010).

Quando o BIRD e o FMI foram idealizados, os seus objetivos principais consistiam em atuar pela reconstrução e desenvolvimento de seus membros e o equilíbrio do comércio internacional. Posteriormente, a AID foi concretizada com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico dos países pobres (BRADLAW, 2010: 53). Neste sentido, a atuação do Banco Mundial em torno do desenvolvimento suscitou críticas por parte de

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e bolsista CAPES.

¹ O Banco Mundial é formado apenas pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). O BIRD, junto do FMI fez parte dos acordos de Bretton Woods de 1944. A condição primeira para ser membro desse Banco é se vincular ao Fundo Monetário Internacional. O BIRD empresta a Estados nacionais e esferas subnacionais (com renda per capita média) a juros próximos do mercado financeiro internacional. Seus recursos provêm de três fontes: a subscrição de capital feita pelos Estados-membros, que leva em conta o PIB do país; as relações financeiras que estabelece com o mercado internacional de capital, mediante emissão de títulos e, por último, os ganhos obtidos pela instituição com o pagamento de empréstimos e créditos. Já a AID concede empréstimos a longo prazo, sem juros, a países pobres, que por terem renda per capita inferior, ficam de fora dos financiamentos do BIRD. A instituição também possui três fontes de financiamento: doações voluntárias – a fonte mais importante – feitas a cada três anos por países ricos e de renda média, ressarcimento dos créditos emprestados e, por último, transferência de parte da receita líquida do BIRD e da Corporação Financeira Internacional (CFI), a principal instituição multilateral de financiamento ao setor privado nos países pobres e de renda média. O poder de voto dentro do Banco Mundial e no FMI é desigual, e leva em conta 1) a subscrição de capital; 2) a renda per capita do país e sua força política no sistema internacional. Ou seja, quanto maior a economia doméstica de um país, maior o seu poder de decisão dentro do Banco Mundial.

movimentos sociais e organizações não-governamentais, sobre a ausência de preocupações, em seus projetos e recomendações, com as populações vulneráveis. Em meio a essa onda de críticas, as evidências sobre a desigualdade entre os gêneros receberam atenção, e foi através de conferências internacionais sobre o tema que agências como o Banco Mundial se debruçaram sobre as “variáveis não econômicas do desenvolvimento”, ou seja, os fatores “humanos” e “sociais” necessários ao desenvolvimento (BERGERON, 2003: 399).

Parte das críticas ao Banco Mundial foram realizadas, em primeiro momento, na I Conferência Mundial sobre as Mulheres, que ocorreu no México no ano de 1975 e, em seguida, por parte da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim, no ano de 1995, ambas organizadas pelas Nações Unidas. As críticas feitas no México se centraram sobre a ausência de representatividade das mulheres nos programas de desenvolvimento. Já em Pequim, as Nações Unidas voltaram a questionar o espaço dado às mulheres nas políticas públicas e reforçou a importância de institucionalizar o debate sobre “gênero”. E foi a partir dessa segunda onda de críticas que o Banco passou a usar teórica e politicamente a categoria de gênero.

A partir disto, proponho iniciar, no presente trabalho, um entendimento sobre a inclusão das mulheres e do gênero como categorias de análise nas pesquisas e projetos do Banco Mundial. Cabe, nas próximas linhas, evidenciar, de forma resumida, que a mudança de objetivos do Banco (de incluir em sua agenda questões relativas aos direitos humanos), teve a ver com uma mudança maior de sua atuação e da necessidade de obter apoio para a sua continuidade.

Por questões de espaço, os documentos utilizados neste trabalho limitaram-se aos Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial (RDM)² e documentos setoriais produzidos pela instituição. Tal escolha se justifica pelo peso dos RDM's internacionalmente e pela série ter produzido, no ano de 2012, um relatório intitulado “equidade de gênero e desenvolvimento”, o único que abordou especificamente o tema. Os relatórios setoriais foram escolhidos por tratarem dos temas “mulheres” e/ou “gênero” e por abordarem, de forma mais específica, as

² O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (RDM) é publicação anual mais importante do Banco Mundial e um dos documentos mais lidos no mundo. O documento combina a visão sobre a economia mundial e recomendações relativas ao tema de cada ano. O seu peso pode ser notado pela grande quantidade de exemplares impressos por volume, aproximadamente 50 mil, e a tradução para 7 idiomas. Por isso, esse Relatório está entre os documentos mais lidos do mundo, influenciando formulações de políticas, instituições de pesquisa, universidades e ONGs, entre outros setores de todo o globo.

recomendações do Banco para o empoderamento das mulheres e a sua participação no crescimento econômico.

O uso dos relatórios não foi feito somente de forma descritiva, mas com o objetivo de acompanhar as mudanças discursivas e conceituais da instituição que, ao longo de suas décadas de existência sofreu importantes mudanças em seu *modus operandi* e aglutinou, dentro de suas pesquisas e estratégias, demandas sociais, como a contenção da pobreza, a sustentabilidade ambiental e a equidade de gênero.

No ano de 1975 ocorreu no México a I Conferência Mundial sobre as Mulheres organizada pela ONU que, no ano seguinte, declarou a Década da Mulher das Nações Unidas (1976-1985). As reuniões e encontros sobre esse tema deram visibilidade às organizações de mulheres ao redor do mundo. Pereira e Rambla (2010: 50) consideraram que o interesse das organizações internacionais pode ser explicado pelo fracasso da primeira década de desenvolvimento da ONU; pelo surgimento de estudos que comprovaram os impactos da modernização sobre as mulheres; e, também, pela onda de protestos anticapitalistas e favoráveis aos direitos humanos, nos anos de 1960 e 1970. Mesmo de forma tímida, agências de cooperação internacional começaram a incluir nesses anos alguma referência a temas como “igualdade entre homens e mulheres” e “mulheres e/no desenvolvimento”.

É difícil entender esse interesse nas mulheres, sem considerar o momento histórico pelo qual passava o Banco Mundial nesse período. Em suma, a gestão do presidente Robert McNamara no Banco Mundial (1968-1981) representou, segundo Pereira (2010: 56) um marco na história da instituição, pois a área de pesquisa econômica recebeu maior estruturação. Dentro dos projetos do Banco Mundial, não havia uma teoria que desse suporte e permitisse a expansão de seus objetivos de “luta contra a pobreza”, apenas a partir de McNamara foram estabelecidos temas e conceitos que coordenariam a operacionalização de projetos sociais. No contexto da derrocada dos EUA na Guerra Fria e questionamentos da academia e da rede de assistência internacional, o Banco foi pressionado a buscar maior coerência entre o discurso e sua carteira de projetos. Neste sentido, entre 1972 e 1974, o livro *Redistribuição com crescimento*, do economista-chefe Hollis Chenery, possibilitou um núcleo teórico do Banco que instituiu a

pobreza absoluta e os grupos-alvos como categorias operacionais legítimas para o recebimento de políticas públicas.

De acordo com Zabala (2005: 302), nesses anos a preocupação do Banco com as mulheres se deu com as mudanças de perspectivas de seus programas de crédito, mais focados na redução da pobreza absoluta. A autora enumerou três razões para esse interesse: as mulheres representavam um grande número de pobres que o desenvolvimento não podia ignorar; eram as responsáveis pela futura força de trabalho e, por conta disso, precisavam realizar todo o seu “potencial”; e o aumento demográfico, cuja relação com a oferta de educação, emprego e nutrição interfere nos gastos públicos.

Após a conferência do México, o Banco Mundial promoveu iniciativas internas para incluir em sua agenda as preocupações internacionais sobre a situação das mulheres. Segundo Zabala (*idem*, 291-292), a estratégia Mulheres no Desenvolvimento³ figurou de maneira informal dentro da instituição a partir do ano de 1972, quando foi criado o primeiro Grupo de Trabalho sobre a Condição das Mulheres. Com o anúncio das Nações Unidas da Conferência sobre o México, o Banco designou duas funcionárias para o Departamento de Relações Internacionais, para que comparecessem ao evento com um documento da própria instituição, sobre como os novos projetos do Banco beneficiaram a participação das mulheres no desenvolvimento. O documento não foi finalizado a tempo, e acabou se tornando, em 1975, um folheto de relações públicas chamado *Integrating Women into Development*⁴. Apenas no ano de 1979 o Banco publicou o relatório *Recognizing the “Invisible” Woman in Development: The World Bank’s Experience*, que reuniu algumas abordagens utilizadas pela instituição para a “melhoria da capacidade econômica das mulheres”⁵.

³ A estratégia Mulheres no Desenvolvimento (MnD) ou, como conhecida atualmente, as estratégias para a equidade de gênero não nasceram dentro das instituições multilaterais, mas foram incluídas, a partir das contribuições de organizações de mulheres e pesquisadoras, na agenda política de agências financeiras. Para Pereira e Rambla (2010: 50), a abordagem liberal adotada pelo enfoque MnD foi alvo de críticas, à época, por entender o papel subordinado das mulheres somente como uma exclusão das atividades produtivas para o desenvolvimento econômico. De acordo com as autoras (*idem*: 50), a ausência de uma crítica dentro do feminismo liberal sobre o sistema capitalista produziu soluções superficiais para as “questões das mulheres”, concluindo-se que o sistema econômico vigente, ao “incluir-las” em sua dinâmica, tornar-se-ia benéfico para todos.

⁴ O acesso a esse documento não está disponível de forma digitalizada, apenas na versão impressa para compra, em sítios de livrarias estrangeiras.

⁵ *Recognizing the “Invisible” Woman in Development: The World Bank’s Experience* foi um relatório publicado pelo Banco em outubro de 1979, e foi o primeiro documento formal sobre o assunto, que serviu como resposta e aos debates internacionais promovidos pela Década da Mulher da ONU. De acordo com o relatório, não foi possível ignorar que as mulheres compõem o universo de indivíduos em condições de pobreza, e se elas continuam “a ser deixadas de fora do *mainstream* do desenvolvimento e privadas de oportunidades para realizar o seu potencial, as ineficiências no uso dos recursos serão sérias e persistirão” (Banco Mundial, 1979: 1). De forma

Apesar de ter promovido algumas iniciativas para as mulheres e ter aberto um canal de diálogo com funcionárias e especialistas de organizações internacionais, o Banco Mundial nos primeiros Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial (RDM) relacionou as mulheres ao controle demográfico. No primeiro número do RDM, em 1978, foi avaliado endividamento externo dos países em desenvolvimento e anunciado, como duplo objetivo da instituição, a aceleração do crescimento econômico e a redução da pobreza. Tanto o RDM de 1978 como o de 1979 reforçaram a ideia de mulheres como reprodutoras biológicas. No entanto, nessa segunda publicação há considerações sobre o pouco apoio às mulheres no mercado de trabalho. Os programas de planejamento familiar aparecem como medidas complementares dos projetos de infraestrutura, pois a diminuição da pressão populacional dos países em desenvolvimento reduziria o número de trabalhadores (principalmente masculinos), o desemprego e o subemprego⁶.

De acordo com Zabala (2005: 300), o argumento do controle demográfico figurou na maior parte das pesquisas do Banco entre 1978 e 1984, o que fez a instituição insistir em projetos (como educação de meninas e controle de fecundidade) que aproveitassem o “potencial” das mulheres. Nesses anos, não foram questionados os papéis de gênero, mas foi apontada a necessidade de promover a “eficiência” das mulheres no trabalho produtivo, pois sua força de trabalho “subutilizada” precisava se tornar “útil” ao desenvolvimento econômico dos países.

Na entrada da década de 1990, o Banco Mundial esteve debruçado em reformular a sua atuação porque a sua imagem pública dentro e fora do establishment da ajuda internacional continuava a se deteriorar. Dentro desse contexto, a mobilização das mulheres – organizadas em conferências da ONU – tomava novo fôlego. O tema “equidade de gênero” entrou em discussão e aos poucos se tornou elemento indispensável na agenda política de instituições internacionais. Mas essa reivindicação não ocorreu repentinamente, foi fruto de um longo

geral, o documento listou algumas estratégias para a educação, o desenvolvimento rural, o emprego, a geração de renda e a saúde. O Banco afirmou que a desigualdade “competitiva” das mulheres no mercado de trabalho foi ocasionada por seu baixo acesso educacional, pela divisão desigual das tarefas domésticas e “empregos de baixa produtividade” (*idem*: 12).

⁶ Segundo o RDM de 1979: “o lento crescimento da população não apenas ajudaria a conter futuras dimensões do problema do emprego, pois sem isso é provável que para muitos países as imensas demandas de infraestrutura social e econômica constituam uma carga crítica sobre os orçamentos e planejamentos do setor público” (Banco Mundial, 1979: 68).

processo de críticas, pressões e esforços de frentes do movimento feminista, interessadas em promover o apoio financeiro à “integração” das mulheres no desenvolvimento.

Foi em meio a esses eventos que, a partir dos anos de 1990, o Banco Mundial se posicionou favorável (e publicamente) às “questões relativas às mulheres”.

No ano de 1995 ocorreu em Pequim a IV Conferência Mundial da ONU sobre as Mulheres, onde foi oficializada a entrada da perspectiva de gênero na agenda global de desenvolvimento. Ou, como preferiu definir a ONU, o gênero foi *mainstreamed* (transversalizado/ integrado) pelas instituições multilaterais (ALVAREZ, 2014: 26). A partir desse ano, o Banco Mundial que, pela primeira vez enviara um presidente a essa conferência, formalizou as preocupações de gênero em sua agenda. O presidente James Wolfenshon (1995-2005) reconheceu as críticas às condicionalidades de empréstimos do Banco e propôs uma participação mais eficaz nos objetivos de Pequim. Em um discurso, que faz parte de uma documentação do Banco Mundial, Wolfensohn afirmou:

(...) É bem possível que no passado, nossos paradigmas de desenvolvimento não tenham sido eficazes (...) e para atingir o tipo de metas que as pessoas aqui estão procurando, devemos trabalhar juntos, em parceria e com um sentimento de confiança e compromisso mútuos. (...) Nós, nas instituições de desenvolvimento, podemos desempenhar um papel muito importante no investimento em mulheres. Sabemos que os programas de reforma econômica especificamente dirigidos à população feminina pagam um retorno mais eficaz para toda a sociedade. (...) Vamos trabalhar com os governos e com outras instituições para tentar gerar um aumento na doação para este setor específico. Nós estaremos aumentando nossa própria participação nele, nosso próprio pessoal (...). (BANCO MUNDIAL, 2005: 23-27).

O relatório do Banco Mundial intitulado *Enhancing Women's Participation in Economic Development: a World Bank Policy Paper*, do ano de 1994, e preparado para a conferência de 1995, demarcou o momento de virada conceitual da instituição da categoria “mulher/mulheres” para “gênero”. E, pela primeira vez, em um documento de política do Banco, foi feito o uso da nova categoria:

O documento também sugere uma ampliação da abordagem "mulheres em desenvolvimento" em direção a uma estratégia de "gênero e desenvolvimento" que leve em conta os papéis e responsabilidades relativos de mulheres e homens e reconheça que, para efetivar mudanças de longo prazo nas condições das mulheres, as ações e atitudes dos homens devem mudar" (Banco Mundial, 1994: 7).

Além de ter se comprometido em apoiar governos na fase de implementação de projetos – por meio de monitoramento, avaliação e treinamento de funcionários –, o Banco também destacou a necessidade de abordar as questões de gênero nas suas estratégias, tanto

“(…) na concepção e implementação de programas de empréstimo, como em operações de ajustamento” (Banco Mundial, 1994: 13). Investir nas mulheres – pontuou o relatório – reduz a pobreza, acelera o crescimento econômico, aumenta produtividade e a eficiência; e os retornos sociais garantem a redução da fertilidade e retorno para as próximas gerações. De acordo com o documento:

Investir nas mulheres é um dos principais temas da estratégia do Banco para a redução da pobreza. Esta estratégia requer (a) um crescimento econômico de base ampla, que absorva a mão-de-obra e gere oportunidades de rendimento para os pobres e (b) um melhor acesso à educação, cuidados de saúde e outros serviços sociais para ajudar os pobres a tirar vantagens destas oportunidades (BANCO MUNDIAL, 1994: 26).

A Conferência de Pequim representou uma conquista importante para as mulheres organizadas dentro do sistema de cooperação internacional. A conferência, que reuniu mulheres de todo o mundo, variadas concepções e posicionamentos políticos e ideológicos, teve a participação de 30 mil pessoas no fórum de ONGs e 5 mil em delegações oficiais (LÓPEZ, 2005: 10-11). De acordo com Irene López (2005), a definição de gênero foi um tema polêmico dentro da conferência, tanto quanto o debate sobre a autonomia dos corpos e a sexualidade. Na Conferência, o termo foi definido como os papéis socialmente atribuídos a cada indivíduo. De forma apenas descritiva, o conceito de *gênero* definido ali, não incorporou as relações de poder, o que gerou protestos (LÓPEZ, 2005: 13; ZABALA, 2005: 56).

Cinco anos após a Conferência de Pequim, publicou-se uma “nova fórmula” sobre as relações de gênero no desenvolvimento. O relatório *Advancing Gender Equality: World Bank Action since Beijing* (2000) fez um balanço das contribuições da instituição que se seguiram após o evento. Reafirmando a estratégia de gênero dentro da redução da pobreza, o Banco apresentou o documento como “uma resposta às vozes das mulheres (e homens)”. Logo nas primeiras páginas anunciou um “foco renovado” na estratégia sobre a pobreza, incluindo termos como “empoderamento” e “oportunidade”. O relatório se propôs a analisar as questões de gênero para além dos papéis comuns das mulheres – como reprodutoras biológicas e cuidadoras –, reconhecendo-as como agentes do desenvolvimento econômico.

No RDM publicado no ano de 2012, a instituição afirmou que há elementos da globalização favoráveis às mulheres, como a abertura do comércio e a chegada de novas tecnologias nos espaços de trabalho, maior acesso das mulheres a informações sobre costumes de outros países e incentivo de ação pública na igualdade de gênero. O Relatório afirma a necessidade de uma parceria entre mercados, instituições formais e informais para esse

objetivo⁷, visto que o enfoque exclusivo na inserção das mulheres na força de trabalho não é o suficiente. Para o RDM, “o progresso em fertilidade, os ganhos em educação, os ganhos na capacidade de decidir das mulheres e as mudanças das mulheres no mercado de trabalho não estão apenas associados, mas também se reforçam mutuamente” (Banco Mundial, 2012: 11-12). Mas as políticas públicas não são suficientes, garante a instituição, ainda existem barreiras causadas por normas culturais que ultrapassam os poderes de políticas públicas, como as discriminações no mercado de trabalho e as diferenças de função e tempo disponibilizado, entre homens e mulheres, no espaço doméstico.

O Banco afirmou nesse relatório que a inserção das mulheres no mercado de trabalho e o aumento de sua renda não garantem a equidade de gênero, mas funcionam como um caminho, pois a continuidade de políticas públicas em parceria com governos e setor privado conseguirão, futuramente, reverter a condição desigual das mulheres. Mas para as feministas críticas ao desenvolvimento neoliberal executado pelo Banco Mundial, a instituição se encontra em constante contradição por, de um lado, reconhecer e recomendar estratégias para a inequidade de gênero e o empoderamento das mulheres e, por outro, aplicar condicionalidades em seus empréstimos, que exigem cortes públicos e privatizações, que penalizam principalmente as mulheres

A perspectiva feminista crítica tem procurado explicar como a divisão sexual do trabalho, seja essa divisão no que é concebido como trabalho profissional e no âmbito mais restrito da vida – o doméstico – atua para a desigualdade social e para a manutenção de privilégios. Pesquisas acadêmicas sobre “gênero e trabalho” e do campo da economia feminista trouxeram debates importantes sobre a separação e hierarquização do trabalho; o desemprego e o subemprego femininos; a terceirização de funções domésticas (que evidenciam as diferenças de opressão sofridas entre as próprias mulheres) e as novas formas de exploração das mulheres no cenário de globalização e migrações. Foi também dentro desses estudos que foram tecidas as críticas à economia neoclássica e à exclusão do trabalho doméstico nas análises econômicas.

Roxana Oruê (1998: 14) afirmou que a teoria macroeconômica não considera o trabalho doméstico, pois a economia pressupõe atividades que tenham circulação de dinheiro. De acordo com esse pensamento, fica evidente que análises econômicas, quando propõem

⁷ O RDM de 2012 definiu os mercados como espaços de troca de produtos e serviços, que podem ter influência ou não das esferas formais e informais. As instituições formais são os espaços que pertencem ao Estado, e as instituições informais são espaços de interações que não pertencem ao Estado.

inserir as mulheres no trabalho produtivo, sem questionar os valores culturais que as subordinam, bem como a permanência das desigualdades entre os gêneros estão, na verdade, sobrecarregando as mulheres de tarefas. Nesse sentido, a bandeira pela igualdade de gênero tem justificado o aumento dos subempregos e a sobrecarga de trabalho para as mulheres, já que são elas as responsáveis por seus domicílios.

Acordos globais de equidade de gênero têm cobrado das instituições de cooperação internacional a avaliação e o reparo das disparidades de gênero a nível mundial. Uma estratégia recomendada pelo Banco Mundial foram os microcréditos subvencionados às mulheres dos países em desenvolvimentos que, da mesma forma que objetiva “empoderar” as mulheres, não tem modificado as relações desiguais de gênero dentro dos lares. Os programas de microcrédito apresentaram falhas por não aprofundarem as análises sobre as relações de gênero e poder. A instituição ignorou o papel historicamente subordinado das mulheres, que as impossibilitou de ter acesso a recursos para seus empreendimentos, pois o mercado, majoritariamente masculino, as excluiu, e também porque é legado a elas toda ou grande parte das tarefas domésticas (MOLYNEUX, 2002: 172).

De acordo com Zabala (2006: 26-32), o Banco Mundial possui limitações estruturais para dar continuidade à sua agenda de desenvolvimento. Primeiro por sua visão economicista que prioriza o crescimento econômico como único meio de superar as desigualdades sociais; segundo, por desconsiderar o trabalho produtivo e reprodutivo do capitalismo⁸. Ignorar esses aspectos, para a autora, dificulta a adequação de políticas de gênero pelo Banco. Por esse motivo, a incorporação desse tema tem sido problemática, porque o estudo sobre o assunto, originado da sociologia, não se identifica com os objetivos do Banco; e a sua cultura da aprovação não se compromete com a inclusão das políticas de gênero em seus projetos.

Para Roberts e Soederberg (2012) o Banco procurou eximir o mercado das responsabilidades sobre a desigualdade, primeiro entendendo as diferenças de gênero como algo cultural; segundo considerando a falta de acesso a ativos e créditos (necessários para o empoderamento) uma consequência de normas sociais; e, por último, atrelando as falhas do mercado e restrições institucionais à incapacidade do progresso das mulheres. “Em outras

⁸ A economia feminista, campo de estudo das ciências econômicas, considera o espaço privado ou doméstico, o local de reprodução da vida, onde ocorrem relações monetárias ou não. Já a ciência econômica considera em suas análises apenas a produção realizada pelos homens, que ocorre no espaço público, de acordo com as exigências do mercado. Nesse sentido, o modelo econômico em vigência prioriza o trabalho produtivo masculino, e secundariza a importância do trabalho reprodutivo em suas análises, o que acentua a divisão sexual do trabalho.

palavras, o RDM de 2012 é sustentado pela suposição implícita de que as desigualdades de gênero estão localizadas externamente aos mercados, entendendo-os como formalmente neutros, desprovidos de relações de poder” (ROBERTS, A.; SOEDERBERG, S., 2012: 952-953).

Em conclusão, por muitos anos, os estudos econômicos realizados por agências financeiras ou organismos internacionais demonstraram números sobre o crescimento econômico de determinado país. Os números conseguiam dizer a quantidade de população pobre, mas não as suas especificidades e necessidades. As análises sobre a mobilização de recursos econômicos aos países em desenvolvimento, aos projetos de combate à pobreza e programas de preservação ambiental trataram os pobres como categoria analítica, sem diferenciar as formas com que homens e mulheres enfrentam e sofrem a carência de recursos de sobrevivência. Os dados econômicos que suprimem a categoria mulher – e as diferentes identidades que essa categoria pode se referir – nas análises de desenvolvimento humano, legitimam a continuidade de programas e políticas públicas que reforçam a inequidade de gênero no trabalho profissional e doméstico.

A perspectiva de gênero que ignora outros sistemas de opressão-exploração, abre brechas para a formulação de estratégias que não atacam os valores culturalmente construídos. Além do mais, ignoram as diversas identidades que um indivíduo pode ter, como classe, raça/etnia, gênero, geração, sexualidade que formam e modificam os sujeitos históricos. No caso do Banco Mundial, o gênero é definido fundamentalmente como *questão feminina*, e as suas estratégias de Gênero e Desenvolvimento buscam transformar o papel da mulher – entendida como sujeito universal – somente a partir do crescimento econômico.

Mediante o que foi acima apresentado, percebo que falar da perspectiva de gênero no Banco Mundial, não é só focalizar no que é dito e como é dito sobre *gênero* e *mulheres* em seus relatórios, é considerar também os atores masculinos que engendram a produção, circulação e veiculação de diagnósticos e programas que, alicerçados numa suposta neutralidade técnico-científica, ocultam a matriz androcêntrica na produção desse saber.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, Sonia. “Para além da sociedade civil”. *Cadernos Pagu*, n 43, pp. 13-56, 2014.

- GEORGE, S.;SABELLI, F. *La religion del credito: El Banco Mundial y su Imperio Secular*. Barcelona: Intermon, 1996.
- BERGERON, Suzanne. “The Post-Washington Consensus and Economic Representations of Women in Development at the World Bank”. *International Feminist Journal of Politics*, v. 5, pp. 397-419, 2003.
- BRADLAW, D.D. “The World Bank, the IMF, and Human Rights”. *Journal of Transnational Law & Contemporary problems*, v. 6, pp. 47-90, 1996.
- LÓPEZ, Irene. “Género en la agenda internacional del desarrollo: Un enfoque de derechos humanos”. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, n. 2, pp. 1-36, 2005.
- MOLYNEUX, Maxine. “Gender and the Silences of Social Capital in Latin America”. *Development and Change* 33 (2), 2002.
- ORUÉ, Roxana. *Género, Ajuste Estructural y Trabajo: Análisis a través del Banco Mundial y del caso del Perú*, Lima Metropolitana, 1986-1993. Itinéraires: Etudes du développement, n° 11, 1998.
- PEREIRA, J. M.M. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*, 2009, 386 f. Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.
- PEREIRA, R.S.; RAMBLA, X. “Pensamento econômico feminista sobre desenvolvimento: breve viagem através do tempo. *Rev. Pol. Publ.*, São Luis, v. 14, n. 1, pp. 47-54, 2010.
- ROBERTS, A.; SOEDERBERG, S. “Gender Equality as Smart Economics? A critique of the 2012 World Development Report”. *Third World Quarterly*, 33:5, pp. 949-968, 2012.
- SANAHUJA, J. A. *Altruismo, Mercado y Poder: El Banco Mundial y la lucha contra la pobreza*. Barcelona: Intermón Oxfam, 2001
- ZABALA, I.E. *La perspectiva de género en los análisis y en las políticas del Banco Mundial: su evolución y sus limites*, 2005, 473 f. Tese (doutorado em Economia Aplicada) Faculdade de Ciências Econômicas e Empresariais: Universidade do País Basco, Bilbao, 2005.
- TOUSSAINT, Eric. *Banco Mundial: el golpe de Estado permanente*. Madrid: El Viejo topo, 2006.

Fontes

- ONU. Informe de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer. Beijing, Nações Unidas, 1995.
- BANCO MUNDIAL. Informe sobre el Desarrollo Mundial, Washington D.C., 1978.
- _____. Recognizing the “invisible” Woman in Development: The World Bank’s Experience, 1979.
- _____. Informe sobre el Desarrollo Mundial, Washington D.C., 1979.
- _____. Enhancing Women’s Participation in Economic Development – A World Bank Policy Paper, 1994.
- _____. Advancing Gender Equality – From concept to action, 1995.
- _____. Advancing Gender Equality: World Bank action since Beijing, 2000.



_____. *Voice for the World's Poor: Selected Speeches and Writings of World Bank President James D. Wolfensohn, 1995–2005*. Washington, D.C., 2005.

_____. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2012: Igualdade de gênero e desenvolvimento*. Washington D.C.: The World Bank, 2011.